

Intervenção do Representante dos Mestres e Pós-Graduados da ULHT

Prof. Doutor José Filipe Pinto

A Universidade e a Construção do Espaço Lusófono

Magnífico Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias:

O convite que teve a amabilidade de me dirigir representa, na minha perspectiva, uma honra e uma responsabilidade.

Honra, porque como modesto estudioso da lusofonia é um privilégio colaborar com uma instituição que, como o próprio nome explicita, tem dedicado a sua melhor atenção às questões e realidades lusófonas.

Responsabilidade, porque, não querendo abusar em termos temporais da paciência dos presentes, corro o risco de não conseguir transmitir as inquietas esperanças com que encaro a construção do espaço lusófono, espaço que as vivências derivadas da frequência do Mestrado nesta Universidade me fazem sonhar como possível e desejável.

Urge portanto, a exemplo do que se deveria verificar relativamente às questões da lusofonia, rentabilizar o tempo porque, como Adriano Moreira referiu, “quando o tempo se perde, é a vida que se esbanja. A vida dos outros. Os projectos dos outros. O destino dos outros. A plenitude dos outros. A salvação de todos”¹.

Parece conveniente, desde já, salientar dois elementos fulcrais para esta exposição.

Em primeiro lugar, o título da exposição “A Universidade e a Construção do Espaço Lusófono” contém implícito que esse espaço ainda não existe.

Na verdade, os governos não podem criar por Decreto um espaço que só tem substância ou realização na vontade dos povos. Ora, esses povos não podem considerar como sua pertença um espaço onde não têm livre circulação nem fixação, situação que, aliás, decorre da História, com a honrosa excepção do Decreto n.º 44 171, de 1 de Fevereiro de 1962, que reconhecia esses direitos a **todos os** cidadãos portugueses e relativamente a qualquer parte do território português de então.

Ainda do título, ressalta que, na minha opinião, a Universidade deve ser o agente catalizador dessa construção, pois, como Maria Glória Garcia frisou, a Universidade tem “o dever de partilhar angústias como se a universidade, sendo-o, estivesse também do lado de fora, para além de si e do seu saber, junto de quem tem angústias e incertezas e aspira ao saber para se aquietar”².

Trata-se, aliás, de uma situação que já foi objecto da reflexão de Manuel Patrício, pedagogo que defende que a educação surge

¹ Adriano Moreira, *Tempo de Vésperas a Agonia do Regime*, 3ª Edição, Lisboa, Edições Gauge, 1986, p.63

² Maria da Glória Garcia, “Conferência Internacional de Comemoração dos 30 anos da Constituição Portuguesa”, 2006, p. 2 (Texto policopiado).

quando o homem desdobra o seu olhar consciencial em dois: o que vê e o que é visto, e, na sequência dessa observação, se julga aquém de si mesmo.

De facto, e ainda segundo Patrício, é o incómodo provocado por esta frustração original que leva o homem a iniciar um investimento para cumprir aquilo que Ortega sintetizou na frase "Llega a ser aquello qué es".

Ora, constituindo a educação o maior investimento que o homem faz em si mesmo, e sendo a Universidade o elemento que ocupa o vértice do sistema educativo, não faz sentido que a mesma não desempenhe um papel social e cultural de acordo com o seu estatuto.

De facto, num momento em que a internacionalização da vida privada e a mundialização tornam obsoletas algumas noções que nos eram familiares e que, na sua aparente perenidade, pareciam garantir-nos segurança, como era o caso da fronteira ou da soberania nacional, a Universidade não pode alhear-se da nova realidade, sob pena de ser arrastada pela crise estrutural vigente e desperdiçar o capital de saber que acumulou ao longo da sua história, em vez de o colocar ao serviço do bem comum na procura de um novo paradigma que promova um desenvolvimento global sustentável e mais equitativo de todos os povos.

Esta constatação torna-se ainda mais pertinente no caso da quase totalidade dos países lusófonos, países periféricos que correm o risco de se tornarem exíguos e cada vez mais exógenos - estados-pátrias sem direito a participar na tomada das decisões que também, ou sobretudo, lhes dizem respeito.

No que se refere a Portugal, a sua condição de membro da União Europeia permite-lhe estar envolvido, pela primeira vez na sua história, naquilo que Adriano Moreira designa como "primeira linha das contradições do processo interno europeu" no mundo global.

De facto, este papel que deriva do estatuto de integração na União Europeia, pode levar a que Portugal deixe de ser apenas um destinatário das decisões. Só que, para que isso aconteça, é importante, como Fernando Santos Neves continua a alertar, que Portugal ultrapasse o provincianismo do hetero-centramento e, agora que já não vive orgulhosamente só, saiba colaborar no desenvolvimento científico, técnico e económico da Europa, sem ser afectado pela *européite aguda*.

Por isso, Portugal necessita de uma janela atlântica de liberdade, criação feliz de Adriano Moreira, que põe em evidência a condição europeia de Portugal como mais-valia para o mundo lusófono, sem deixar de apontar que é enquanto lusófono que Portugal representa um valor acrescentado para a Europa.

Ora, esta participação de Portugal no processo da (re)construção europeia, exige que se conceda prioridade à educação.

É por isso que julgo merecer uma referência, necessariamente breve, a questão de Bolonha.

No mundo actual, a mobilidade de pessoas, a partilha de saberes e experiências e a necessidade de reconhecimento dos graus não se mostram compatível com a manutenção do anterior *status quo* universitário português, que me atrevo a considerar algo arquipélágico e até endogâmico.

Numa das publicações desta Universidade foi tratada a questão dos medos provocados por Bolonha, como forma de alertar para o imperativo, feito urgência, da mudança, de forma a não perder, não o comboio, mas o avião ou foguetão do conhecimento.

Considero, no entanto, que neste processo, a exemplo do que se verifica nas várias conjunturas da vida das pessoas e dos povos, há sempre um activo e um passivo, situação intemporal, pois já em Abril de 1570, quando a nau Santa Clara aportou a Portugal, à baía de Cascais, trazia a bordo Luís de Camões, o poeta do activo, da gesta lusa para aproximar a Humanidade e das leis melhores prometidas n' *Os Lusíadas* e Diogo do Couto autor de *O Soldado Prático*, o denunciante do passivo, da falta de formação cívica e da degradação moral causada pela ambição desmedida de riqueza.

Esta dicotomia axiológica, sempre presente nas várias épocas, pois é inerente à condição humana, mostra-se particularmente relevante na conjuntura actual em que a Europa, para fazer face à crise em que está mergulhada, parece tentada a acabar com a sua maior e mais justa invenção da era contemporânea, o modelo social europeu, situação que não deixará de ter reflexos negativos na Universidade.

De facto, parece garantido que as Universidades, e esta forma plural destina-se a marcar uma abrangência não necessariamente apenas nacional, não vivem como Jacques Derrida defendeu em 1998 na Universidade de Stanford, na Califórnia, numa liberdade incondicional, já que alguns aspectos, sobretudo de índole económica, levam várias universidades a lutar, em primeiro lugar, se não exclusivamente, pela sobrevivência, com o alto preço que tal acção impõe à identidade dessas instituições.

Por isso, temo que muitas dessas universidades protelem até à exaustão os prazos concedidos pelo acordo de Bolonha e, como aderem ao processo por obrigação, não se empenhem numa discussão franca sobre a essencialidade da universidade.

Ainda no que se refere aos elementos susceptíveis de poderem ser considerados como passivo, gostaria de acrescentar dois pormenores: a redução, quase geral, do plano de estudos no que se refere ao primeiro nível, a licenciatura, e o suplemento ao diploma que acompanha a carta doutoral.

No primeiro caso, partindo do princípio que não se trata de aprender o mesmo em menos tempo, terá de haver uma redução do currículo, situação que me causa apreensão, pois,

fazendo um balanço das aprendizagens, não tenho facilidade em encontrar elementos supérfluos ou dispensáveis.

No que se refere ao segundo caso, e socorrendo-me do documento que recebi juntamente com as insígnias doutorais, dificilmente se poderá considerar como mais-valia um documento que não refere a forma como o grau foi atribuído, nem faz qualquer alusão às declarações, constantes da acta, dos membros do júri de doutoramento.

Um último receio prende-se com a possibilidade que os governos dos países mais dependentes de factores externos, situação que tem sido a constante da história portuguesa, não compreendam que o investimento na educação corresponde a uma despesa de soberania, facto que levará a uma "hierarquização qualitativa das universidades do espaço europeu e ocidental que ameaça impor a situação periférica às instituições dos pequenos países"³.

É claro que este possível passivo será tanto mais acentuado quanto menos a Universidade se empenhar na discussão pública ou na construção do seu futuro.

No caso lusófono, pelas circunstâncias apresentadas, pode parecer utópico que a uma instituição que atravessa este período de transformação esteja cometida uma missão tão complexa como a construção do espaço pós-colonial se tem revelado.

Nos parágrafos que se seguem, procurarei, a partir da minha experiência no Mestrado em Espaço Lusófono: Cultura, Economia e Política e sem enjeitar a investigação ulterior desenvolvida na UBI, durante o Doutoramento, demonstrar quão falaciosa pode ser essa premissa.

Confesso que quando me solicitaram uma avaliação do Mestrado, e mesmo tendo consciência de que não sou dotado para encômios, não hesitei em aceitar, pois sei que esta instituição não tem necessidade de encomendar, mesmo que subtilmente, artigos apoloéticos.

Por isso, a exemplo de Gilberto Freyre, a minha narração coincide com as minhas vivências e a avaliação na primeira pessoa do Mestrado, apesar do distanciamento temporal ser ainda curto, é necessariamente condicionada pela mais-valia que o mesmo representou para a minha formação académica e pessoal.

Neste Mestrado associaram-se vários factores que considero fundamentais para o sucesso do mesmo.

Começemos, até por uma questão de hierarquia, pelo corpo docente, que engloba académicos de reconhecidos méritos, especialistas nas áreas que leccionam, e com opiniões nem sempre concordantes sobre algumas das temáticas em estudo, constatação que demonstra que a unidade só tem a ganhar se

respeitar a diferença e não exigir unicidade.

Na verdade, se havia entre os docentes quem ainda desconfiasse de uma lusofonia patrioteira, invenção neocolonial para assegurar aos portugueses inquietos uma segurança no futuro, também havia quem desenhasse ou projectasse no futuro os três círculos da lusofonia.

Ligado a este aspecto, e constituindo-se como outro dos activos do Mestrado desta Universidade, importa referir a metodologia de trabalho e de avaliação.

De facto, os docentes nunca se constituíram como uma fonte transmissora de um conhecimento definitivo e único, mas sim, como agentes potencializadores de uma investigação honesta conducente à construção de um saber rigoroso, embora, como é óbvio, marcado pela temporalidade.

Outro aspecto que é pertinente realçar prende-se com o plano de estudos.

Na realidade, o currículo é multifacetado, pois engloba diferentes áreas como a literatura, a ciência e tecnologia, a economia, a ciência política, o pensamento contemporâneo, sem esquecer duas socioeconomias; uma do espaço lusófono e outra do espaço europeu, prova de que esta Universidade sabe, e os seus responsáveis fazem questão de o assumir publicamente, que é na conciliação das opções lusófona e europeia que deverá assentar o direito à afirmação de Portugal no mundo.

Aliás, neste Mestrado, assume-se uma nova postura relativamente à língua e à literatura, como demonstra a atenção prestada à literatura brasileira e às literaturas africanas de língua portuguesa.

No caso da língua, aceita-se que a língua deixou de ser apenas nossa para passar a ser também nossa, pois a língua pertence a quem a fala e, no caso presente, tendo em conta os falantes nativos da língua, um estudo de 1999⁴ refere que estamos perante a sexta língua mais falada no mundo com 170 milhões de pessoas, atrás do mandarim (885 milhões), do espanhol (332 milhões), do inglês (322 milhões), do bengali (189 milhões) e do hindustani (182 milhões) e em pé de igualdade com o russo.

No caso da literatura, define-se como único critério verdadeiramente válido para que uma literatura possa ser considerada nacional, a existência de um público ou de um receptor interessado, até porque há povos, como o cabo-verdiano, detentores de uma literatura mesmo antes de adquirirem a independência e de se tornarem estado.

Da análise do exposto, não parecem restar dúvidas que esta Universidade tem sido fundamental na compreensão das realidades lusófonas.

3 Adriano Moreira, "Desafios de Portugal", discurso proferido na Sociedade Histórica da Independência de Portugal em 25 de Maio de 2006. (Texto policopiado cedido gentilmente pelo autor), p. 11.

4 Juan Carlos Moreno Cabrera, *La Dignidad y Igualdad de las Lenguas*, Madrid, Alianza Editorial, 2002, p. 148.

Procurarei agora evidenciar a sua acção na aproximação dos lusófonos.

Esta instituição dispõe de um Gabinete de Cooperação Africana que disponibiliza um número considerável de bolsas, de vários escalões, a estudantes oriundos sobretudo dos PALOP.

Essa população englobava, no ano lectivo de 2002/03, ano em que iniciei um estudo de caso destinado ao Doutoramento, 863 estudantes, sendo 347 oriundos de Cabo Verde, 277 de Angola, 42 de Moçambique, 101 da Guiné-Bissau, 94 de São Tomé e Príncipe e 2 do Brasil.⁵ Depois, em 2003/2004, até Fevereiro, esse número subiu para 1141 alunos.

Estes dados apontam claramente para um papel que considero dever ser desempenhado pela Universidade na construção do espaço lusófono: o intercâmbio de vivências e o acesso ao saber como forma de valorização pessoal e profissional das futuras elites africanas lusófonas, pois a quase totalidade dos alunos declarou querer regressar ao seu país após a conclusão dos estudos.

Aliás, a investigação sociológica efectuada aponta para que só o contacto diário e o intercâmbio de experiências de vida podem ajudar a ultrapassar preconceitos que parecem enraizados na sociedade portuguesa e que não parecem compatíveis com a designação de sociedade de brandos costumes.

De facto, o estudo referido mostrou que os estudantes africanos consideraram que a sociedade portuguesa era racista, pois 88.7% dos 150 alunos entrevistados, ou seja, 133 estudantes, assumiram sentir-se vítimas de racismo. Desses alunos, 70 referiram a intensidade do racismo como considerável e 32 como forte.

Além disso, 60% dos entrevistados classificaram a sociedade portuguesa como xenófoba, atribuindo 50 alunos uma intensidade considerável e 16 uma intensidade forte a essa xenofobia, explicada sobretudo pelo medo do desconhecido, pela mentalidade colonial e pelo medo de perder o emprego.

Parece lusodoloroso e deve fazer parte do livro do nosso desassossego que apenas 13 entrevistados considerassem que em Portugal não existia nem racismo nem xenofobia.

Se é pacífico que a ciência se faz com conceitos e não com preconceitos, não restam dúvidas de que a manutenção destes últimos constitui um oponente da valorização do homem numa perspectiva ecuménica, pois, como Fernando Santos Neves refere, o trajecto terá de passar do ecumenismo cristão para o religioso e deste para o humano.

Num mundo marcado por fundamentalismos de toda a espécie, e que contam com uma lista sempre a necessitar de

actualização de vítimas e de reféns, é reconfortante verificar um episódio performativo em que a Universidade Lusófona teve grande responsabilidade pelo ambiente ou envolvimento que proporcionou para a efectivação do mesmo.

No curso de Mestrado que frequentei, havia lusófonos provenientes de Moçambique, da Guiné-Bissau, de Angola e de Portugal e com confissões religiosas diferentes. No entanto, nunca houve entre o grupo o menor problema de relacionamento. Antes pelo contrário, a troca de experiências, o desejo de conhecer os elementos, sobretudo os não-materiais, das culturas em presença, possibilitou o desenvolvimento de uma verdadeira solidariedade horizontal.

Ora, é este o papel de aproximação lusófona que a Universidade deve desempenhar, pois ninguém gosta daquilo que não compreende. Voltando, uma vez mais, a Adriano Moreira, a solução para o grande problema do mundo é aprendermos a viver juntos sabendo que somos diferentes.

Por isso, hoje, encerrado, ainda que sem brilho e sem uma real descolonização, o ciclo imperial, e depois da implosão do bloco de leste com o consequente final da política de blocos responsável pela descontinuidade lusófona, parecem reunidas as condições para nos entendermos em português.

Só que, de acordo com a ideia franciscana, de que rezamos pelas acções e não pelas palavras, não basta que os governos dos países lusófonos criem organismos conjuntos para que a comunidade fique construída.

Considero, aliás, que a iniciativa não deve partir dos governos, mas sim, das forças vivas da sociedade civil.

De facto, seria imperdoável que as universidades lusófonas se alheassem de um processo de que depende a sua afirmação num mundo cada vez mais global e contribuíssem para abrir “novos Caminhos de Santiago para sedes pouco numerosas num centro activo”⁶.

Por isso, como Derrida aconselhou “Levem o tempo que quiserem mas despachem-se!”⁷

5 Todos os valores relativos aos alunos que frequentam a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias foram fornecidos pelo Director do Gabinete de Cooperação Africana dessa instituição, Coronel João Damas Mora.

6 Adriano Moreira, “Desafios de Portugal”, p. 11.

7 Universidade sem Condição, Angelus Novus, p. 74.